

# A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES POLÍTICAS ATRAVÉS DA INDUMENTÁRIA: UMA ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO NO PÓS-INDEPENDÊNCIA

*THE CONSTRUCTION OF POLITICAL IDENTITIES THROUGH CLOTHING: AN ANALYSIS OF THE BRAZILIAN CASE IN THE POST-INDEPENDENCE*

**Camila Borges da Silva**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**Resumo:** A indumentária é um elemento fundamental na construção de identidades visto se constituir em uma linguagem, por meio dos símbolos nela incutidos, que permite o reconhecimento daqueles que compartilham determinadas ideias, posicionamentos ou pertencimentos. Após a independência do Brasil, inúmeros elementos simbólicos foram incorporados à vestimenta apontando para projetos políticos diversos. Se por um lado, alguns buscavam representar por meio de roupas e acessórios a unidade territorial da entidade política imperial, outros marcavam, através destes instrumentos, uma cisão com os projetos dominantes. O objetivo do artigo é analisar como a indumentária se constituiu em um discurso de afirmação política entre a independência e o imediato pós-abdicação, mapeando a relação entre os signos indumentários e determinadas ideias políticas tanto de adesão ao centro do Império, quanto de questionamento a ele.

**Palavras-chave:** Indumentária, Liberalismo, Independência do Brasil, Primeiro Reinado

**Abstract:** Clothing is a fundamental element in the construction of identities, since it constitutes a language, through the symbols in it, that allows the recognition of those who share certain ideas, positions or belongings. After the independence of Brazil, numerous symbolic elements were incorporated into the garment pointing to various political projects. If on the one hand, some sought to represent the territorial unit of the imperial political entity through clothing and accessories, others marked, through these instruments, a division with the dominant projects. The aim of the article is to analyze how the clothing was constituted in a discourse of political affirmation between the independence and the immediate post-abdication, mapping the relation between the indumentary signs and certain political ideas both of adherence to the center of the Empire, and of questioning the emperor.

**Keywords:** Clothing, Liberalism, Independence of Brazil, First Reign

A vestimenta constrói um discurso simbólico que, em cada contexto histórico e em cada grupo, possui um sentido específico passível de criar uma semelhança e, portanto, firmar um posicionamento que, embora seja individual, apenas adquire sentido na esfera sócio-cultural. Segundo Diana Crane, "as roupas podem ser vistas como um vasto reservatório de significados, passíveis de ser manipulados ou reconstruídos de forma a acentuar o senso pessoal de influência".<sup>1</sup> Por isso, a indumentária permite a afirmação de identidades, sejam elas étnicas, políticas, de gênero ou de classe. Neste artigo, a indumentária é analisada em uma dupla asserção. Em primeiro lugar, entende-se que ela é um símbolo que tem a capacidade de expressar e comunicar posicionamentos políticos. Em segundo lugar, que ela não apenas comunica, mas *atua* de fato na esfera pública, pois permite a construção de uma coesão mínima capaz de produzir uma identidade e concretizar a existência da mesma.

A indumentária trabalhada neste texto, embora envolva também a vestimenta propriamente dita, engloba todos os aspectos da aparência e, por isso, os chamados "acessórios" que compõem o visual são também abordados. Apesar da palavra "acessório" apontar, em seu significado, para um elemento secundário, não é esta a perspectiva enfocada aqui, visto que, longe de superficiais, estes elementos ajudam a construir a simbologia de uma vestimenta e podem até mesmo subverter completamente o sentido discursivo da mesma. Por isso, jóias, objetos presos à roupa e adereços como chapéus são analisados aqui como essenciais para a construção de um sentido e de uma coesão entre membros de um mesmo grupo.

### **A indumentária e a construção da identidade nacional**

Após a independência do Brasil, em 1822, o poder central buscou alterar os símbolos que estavam atrelados ao Império Português, ao qual o Brasil pertencia. Essas mudanças tinham o intuito de demarcar uma identidade política específica para o novo Império. Com isso, os uniformes, utilizados por todos que ocupavam funções na administração pública e na Casa Imperial, perderam as cores tradicionais de Portugal – azul e vermelho – e receberam novas – o verde e amarelo (ou dourado dos

---

<sup>1</sup> CRANE, Diana. **A moda e seu papel social:** classe, gênero e identidade das roupas. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006, p. 22.

bordados). Em decreto de 20 de setembro de 1822, regulou-se o uniforme dos que atuavam na Casa Imperial, ou seja, dos cortesãos do imperador. Os uniformes utilizados no dia a dia, as chamadas “fardas pequenas”, seriam compostos de uma casaca verde, calção, meias e colete branco, chapéu sem galão, presilha de ouro e espada presa em cinto. Já as “fardas grandes”, ou uniformes de festa, seriam do mesmo feitio e padrão, mas as casas dos botões frontais deveriam seguir o padrão de bordado dos canhões e deveria ser adicionada uma pequena flor no fechamento das abas. O chapéu não deveria ter galão, mas deveria receber plumas brancas. Seria ainda admitido que os calções fossem substituídos por calças brancas, utilizadas com botas altas. Segundo Jean Debret, a diferença entre o “pequeno uniforme” e o “grande” era que o primeiro tinha bordados apenas na gola e nos enfeites, enquanto o outro tinha bordados em todas as costuras. O viajante informa ainda que a casaca era feita de “lã verde forrada de seda”, a calça de casimira branca e as meias eram de seda também branca.<sup>2</sup>

O criado da Casa Imperial, Antônio Vasconcellos de Drummond, também narrou a troca dos uniformes. Segundo ele,

(...) os uniformes da Casa Real eram de cor escarlate para a grande gala, e azul ferrete com gola escarlate para pequena. O Imperador, por um decreto, mudou para cor verde, conservando os mesmos bordados para a grande e a pequena gala. José Bonifácio e eu fomos os primeiros que nos apresentamos na Corte, 7 dias depois, com uniforme verde. Acerca da matriz houve uma desinteligência entre o Imperador e José Bonifácio. S.M. entendia que o verde do decreto era escuro, como vulgarmente se chama, garrafa, cor da casa de Bragança, e o ministro que era verde claro, símbolo da primavera eterna do Brasil. Prevaleceu a opinião do Imperador e eu a segui, mas José Bonifácio permaneceu na sua, e a farda que trazia era de pano da cor verde claro.<sup>3</sup>

Em 18 de setembro de 1822, também foi criado o novo “tope nacional”, estabelecendo-se que “o laço ou tope nacional brasiliense, será composto das cores emblemáticas – verde de primavera, e amarelo de ouro”. Além disso, haveria uma “flor verde no braço esquerdo, dentro de um ângulo de ouro” que seria a “divisa voluntária dos Patriotas do Brasil”, contendo ainda os dizeres “Independência ou

---

<sup>2</sup> DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978, tomo II, v. 2, p.212.

<sup>3</sup> DRUMMOND, Antônio de Menezes Vasconcellos de. Anotações à sua biografia. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1890, v.13, p.42.

Morte”.<sup>4</sup> Percebe-se que o poder central visava regular a adoção dos símbolos indumentários ligados à independência para que os mesmos não fugissem ao controle, demarcando a ruptura com Portugal. Essa preocupação era tão forte que, para que não houvesse dúvida na execução do tope, era adicionado o desenho do mesmo ao decreto.

Como se percebe na fala de Vasconcellos, citada mais acima, o decreto de criação do tope trazia a compreensão de José Bonifácio sobre o significado da cor verde nos emblemas nacionais. Enquanto o imperador entendia que se tratava da cor da Casa de Bragança e o amarelo da Casa de Habsburgo a qual pertencia a imperatriz, sua esposa, Bonifácio esforçava-se para dar um sentido “nacional” às cores do novo Império, percebendo que a justificativa das cores adotadas, em tempos de liberalismo e de questionamento da origem e legitimidade do poder dos reis e de construção de uma independência com o Reino de Portugal, não poderia estar ligada à Casa real e dinástica portuguesa, sobretudo no que concernia ao tope nacional.<sup>5</sup> Entende-se assim que D. Pedro, ao legitimar as cores do tope nacional como as cores de sua dinastia e de sua esposa, atentava contra os liberais que entendiam que a independência foi uma conquista dos habitantes do Brasil, sobretudo das elites políticas, e que D. Pedro deveria submeter os seus poderes à “vontade da nação”, representada pelo Parlamento, onde estes grupos atuavam. Portanto, a “nação” não deveria ser representada por elementos que remetesse ao poder de uma casa dinástica, ainda mais uma de origem portuguesa, e sim por símbolos advindos de seu território, marcando uma ruptura com as formas de soberania pertencentes ao absolutismo.

---

<sup>4</sup> Brasil. **Coleção das leis do Império do Brasil**. Atos do Poder Executivo, 1822. Brasília: Câmara dos Deputados, p.48. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acesso em: 11 de dezembro de 2011.

<sup>5</sup> A independência do Brasil deu-se no contexto da revolução liberal irrompida em Portugal em 1820. Esta, na esteira da difusão das ideias liberais pela revolução francesa, questionou a autoridade do rei, entendida como absoluta por governar sem limites aos seus poderes. Estes limites, no entendimento liberal, deveriam ser os da lei, que deveria deixar de estar submetida às vontades do monarca, e ser expressa através do poder Legislativo como um poder independente do Executivo, este sim da alçada do rei. Por isso, a revolução liberal do Porto convocou as Cortes para redigir uma Constituição, a qual o rei português deveria se submeter, realizando eleições para deputados em todo o território português, o que englobava o Brasil, transformado em Reino Unido a Portugal em 1815. Foram os desentendimentos entre os deputados brasileiros e portugueses nas Cortes sobre o papel a ser exercido pelo Brasil que levou a um processo de ruptura entre os dois territórios e ocasionou a independência do país. Contudo, a independência não anulou a força do liberalismo no Brasil, que, da mesma maneira, criou um Parlamento para redigir a Constituição a qual D. Pedro deveria se submeter. Para o processo de independência nos primeiros anos da década de 1820 e para o conceito de liberalismo ver NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan: Faperj, 2003 e MATTEUCCI, Nicola. Liberalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Brasília: Editora UNB, 2004, vol.2, p.686-705.

Quando D. Pedro foi coroado imperador, mais uma vez buscou-se, através de elementos simbólicos, ratificar a identidade do novo Império, aproveitando-se para colar a imagem do soberano ao novo Estado. Por isso, o verde foi a cor escolhida para a confecção do manto. Este, segundo Debret, seria “um pouco estranh[o]a para o europeu”, pois imitava um “ponche”, que, em seu entendimento, era “o único manto usado em toda a América do Sul”. O manto era “de veludo verde, bordado a ouro e forrado de seda amarela”, enquanto o mantéu, também de seda amarela, que “guarnece os ombros e esconde a abertura do manto”, era “feito de plumas de tucano cuja cor alaranjada se harmoniza perfeitamente ao resto do uniforme”. Já o bordado remetia à “grupos de folhas de palmeira e frutos da mesma árvore” e às estrelas de oito pontas.<sup>6</sup> Mais uma vez, percebe-se a preocupação em remeter a elementos que fizessem alusão às cores consideradas “nacionais” e mesmo a elementos da fauna brasileira, como as plumas de tucano, e da flora, como as folhas de palmeira dos bordados – árvore típica de regiões tropicais e subtropicais e que se tornou símbolo do império. Além disso, o próprio formato do manto, um “poncho” segundo Debret, remetia ao continente americano. Todo este visual era completado com as vestes dos presentes, que portavam seus uniformes verdes, compondo um todo harmonizado que incutia sentido aos trajes usados e à cerimônia.

A coroação serviu também para a criação de uma nova condecoração honorífica – a Ordem Imperial do Cruzeiro – estabelecida para marcar a “aclamação, sagração e coroação” de D. Pedro e celebrar a independência. A Ordem era destinada a premiar os serviços prestados ao Império e ao imperador. O nome da Ordem, de acordo com o decreto, teria sido escolhido em alusão à “grande constelação do Cruzeiro” e ao nome dado à região, desde seu descobrimento – Terra de Santa Cruz.<sup>7</sup> A justificativa da escolha do nome da Ordem buscava atrelá-la a símbolos específicos do território brasileiro e que remetiam à posição geográfica ocupada pelo país, buscando elaborar uma simbologia que intrincasse a geografia e a história da região independente à idéia de pertencimento a uma pátria específica. Se a pátria não era entendida, muitas vezes, como um pertencimento ao país no qual se nasceu ou se

---

<sup>6</sup> DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**, tomo II, v.2, p.183.

<sup>7</sup> Decreto de 1º de dezembro de 1822. Arquivo Nacional. Graças Honoríficas – códice 15, vol. 9.

habitava,<sup>8</sup> buscava-se através dos símbolos do Cruzeiro, construir este pertencimento mais amplo que extrapolava os particularismos locais, pois a história remetida no decreto era a história da região brasílica, enquanto a constelação do Cruzeiro era ligada a todo o hemisfério sul, não sendo específico de nenhuma região. A medalha do Cruzeiro<sup>9</sup> era uma estrela esmaltada de branco que seria “decorada com [a] coroa imperial, e assentada sobre uma coroa emblemática das folhas de tabaco e café, esmaltadas de verde”. Além disso, teria “no centro, em campo azul celeste, uma cruz formada de dezenove estrelas esmaltadas de branco, e na circunferência deste campo, em círculo azul ferrete, a legenda – *Benemerentium praemium* – em ouro polido”. No verso da medalha estaria a efígie de D. Pedro em ouro.<sup>10</sup>

Os condecorados eram alocados em diferentes graus da Ordem. Estes graus tinham uma perspectiva hierárquica e, por isso, cada um deles tinha um uso específico das medalhas e mantos, que marcava o posicionamento social do condecorado no interior do Cruzeiro. Os cavaleiros, que estavam no grau mais baixo da Ordem, usariam a medalha “enfiada em fita azul celeste”<sup>11</sup> e pendurada no lado esquerdo da roupa, enquanto os oficiais, que estavam acima dos cavaleiros, usariam a insígnia da mesma maneira, mas trariam também uma chapa bordada que os distinguiria dos primeiros. Os dignitários, que eram superiores aos oficiais, trariam, além da mesma chapa, a medalha pendente do pescoço em uma fita azul, enquanto os grãos-cruzes, o grau mais elevado, além de usarem igualmente a chapa, trariam a medalha pendente em uma faixa azul utilizada na transversal do corpo. Nas cerimônias solenes, os membros da Ordem deveriam também portar um manto

<sup>8</sup> Frei Caneca escreveu um texto no início de 1822 intitulado “Dissertação sobre o que se deve entender por pátria do cidadão e deveres deste para com a mesma pátria” em que desenvolvia sua concepção sobre o conceito de pátria. Nesta dissertação, deixou claro que, para ele, existiam duas pátrias: uma que chamou de pátria de lugar – entendida neste primeiro momento como a região ou província em que se nasce – e outra de direito – a região em que se foi criado ou que se escolheu viver. Esta última era preferível à primeira, por permitir o desenvolvimento de um verdadeiro amor, fruto de uma escolha. A pátria, assim, tinha um significado que oscilava entre a região que se nasceu ou se escolheu e o país a que se pertencia por meio do nascimento ou do sangue ou por meio de uma escolha. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de (org.). **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**, pp.53-99, especialmente páginas 74 e 80. Para o conceito de pátria ver também NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais**, p.204-209.

<sup>9</sup> Segundo Luiz Marques Poliano, “quase se poderia afirmar” que quem elaborou os desenhos das insígnias da Ordem do Cruzeiro não foi Jean Baptiste Debret, a quem tradicionalmente se atribui, mas sim outro francês – Armand Julien Pallière, que vivia no Brasil na época da criação da Ordem. Baseia-se, para isso, em uma aquarela encontrada no Museu Imperial de Petrópolis em que este pintor desenha insígnias muito semelhantes ao padrão adotado, com os dizeres “décoration de l’Ordre du Cruzeiro composé par moi pour S.M. D. Pedro” e em um dos lados “première idée du Cruzeiro ordonné par l’Empereur D. Pedro”. POLIANO, Luiz Marques. **Ordens honoríficas do Brasil (história, organização, padrões, legislação)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p.129.

<sup>10</sup> Decreto de 1º de dezembro de 1822. Arquivo Nacional – códice 15, vol. 9.

<sup>11</sup> Decreto de 1º de dezembro de 1822. Arquivo Nacional – códice 15, vol. 9.

branco com os cordões e alamares em azul e com a insígnia da Ordem bordada no lado esquerdo sobre seus uniformes.

D. Pedro criou ainda mais duas ordens honoríficas – a Ordem de D. Pedro I e a Ordem da Rosa.<sup>12</sup> A primeira foi estabelecida em decreto de 16 de abril de 1826. A fita dessa ordem era verde orlada de branco, reproduzindo o padrão das cores do Império. Já a Ordem da Rosa, criada em comemoração ao seu segundo casamento, em 17 de outubro de 1829, tinha as cores rosa e branco e as medalhas possuíam todas um círculo de rosas ao redor de uma estrela branca, cujo centro possuía um círculo azul no qual se poderia ler os dizeres “amor e fidelidade”. Fugia, portanto, ao padrão tradicional das ordens criadas pelo imperador, não remetendo aos símbolos nacionais, mas os dizeres da Ordem remetiam a uma aliança estabelecida entre ele e os condecorados, especialmente importante por conta do contexto de forte oposição sofrida por D. Pedro, que ensejaria sua abdicação pouco mais de um ano depois.

Com a criação da Ordem do Cruzeiro, os símbolos utilizados nas medalhas – a coroa imperial, a estrela do Cruzeiro, as folhas de tabaco e café – tinham a função de representar o Império recém-criado. Como o primeiro imperador continuou a conceder no Brasil independente medalhas de ordens honoríficas portuguesas – as chamadas Ordens Militares<sup>13</sup> – estas também acabaram recebendo símbolos considerados “nacionais” em suas insígnias, construindo-se uma diferenciação entre as ordens brasileiras e suas homônimas portuguesas. Em lei de 9 de setembro de 1843, foram alteradas as fitas das ordens, determinando-se o azul para a Ordem de Cristo e de São Bento, quando estas eram vermelha e verde, respectivamente, e o vermelho para a Ordem de Santiago, que não era muito concedida.<sup>14</sup> Também Jean Baptiste Debret retrata a medalha da Ordem de Cristo com sua cruz ladeada dos

---

<sup>12</sup> Decreto de 16 de abril de 1826. AN – Cód. 15, vol.11 e decreto de 17 de outubro de 1829. AN – Cód. 14, vol.8.

<sup>13</sup> As Ordens Militares se constituíam da Ordem de Cristo, da Ordem de São Bento de Avis e da Ordem de Santiago. Estas ordens, por terem sido criadas ainda no final do período medieval, foram os modelos nos quais se basearam as ordens honoríficas de cavalaria posteriores a elas. Tinham três graus cada – cavaleiros, comendadores e grão-cruzes – distribuídos hierarquicamente e utilizavam mantos, faixas e medalhas da seguinte forma: os cavaleiros usavam a medalha pendente na roupa, os comendadores penduravam suas medalhas em uma faixa no pescoço e os grão-cruzes usavam a medalha em uma faixa transversal ao corpo. Para a história destas ordens ver DÉMURGUER, Alain. **Os cavaleiros de Cristo: as Ordens Militares na Idade Média (sécs. XI-XIV)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002; OLIVAL, Fernanda. **As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)**. Lisboa: Estar Editora, 2001 e SILVA, Camila Borges da. **As ordens honoríficas e a Independência do Brasil: o papel das condecorações na construção do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)**. 2014. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

<sup>14</sup> Para a transcrição do decreto e as imagens das medalhas destas ordens, ver PINHEIRO, Artidoro Augusto Xavier. **Organização das Ordens Honoríficas do Império do Brasil**. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler & C, 1884.

ramos de café e fumo.<sup>15</sup> Contudo, estas mudanças foram muito lentas e é pouco provável que tenham ocorrido ainda no governo de D. Pedro I.<sup>16</sup> Nesta época, ainda se importavam os mantos de Portugal e se fabricavam as medalhas seguindo os desenhos portugueses. Um anúncio, publicado no *Diário do Rio de Janeiro* em 14 de fevereiro de 1825, ofertava mantos “riquíssimos” de cavaleiro de Cristo e de Avis ressaltando que eles haviam chegado de Lisboa. Isto ocorria porque cabia ao condecorado comprar seus mantos, medalhas e faixas. Estes deveriam seguir os desenhos oficiais, mas havia margem para fazê-los em diferentes materiais, de acordo com a fortuna daquele que comprava. Por exemplo, um comprador interessado em um hábito de Cristo anunciou, no mesmo *Diário*, em 9 de janeiro de 1823, seu desejo de comprá-lo “mesmo em segunda mão”, ressaltando que gostaria que os materiais da medalha fossem uma cruz em Granada e a “flor ou laço de cima de topázio branco”. De fato, as medalhas poderiam se constituir em verdadeiras jóias ostentadas pelos condecorados, o que além de demonstrar o seu prestígio como membro de uma Ordem, demonstrava igualmente o seu poder econômico. As Ordens movimentavam um verdadeiro comércio que ia desde a venda de tecidos para as fitas e mantos, passando pelos esmaltadores e joalheiros, que produziam as medalhas, e chegando às costureiras que confeccionavam os mantos e faixas.

Esses símbolos passaram a permear o espaço público sendo exibidos no teatro,<sup>17</sup> nas procissões e mesmo na circulação pela rua em geral, não necessariamente sendo portados apenas em dias de festa. Eles representavam uma adesão ao imperador e à unidade territorial, tal como concebida pelo centro do Império, visto que este colava a ideia de unidade ao projeto político defendido por ele. Tratava-se de uma forma de sufocar outros projetos políticos que, ao não serem atendidos, levaram à ameaça separatista como no caso de Pernambuco, com a

---

<sup>15</sup> POLIANO, Luiz Marques. **Ordens honoríficas do Brasil**, p.81 e 82.

<sup>16</sup> Antônio Trigueiro, um especialista em numismática, forjou a hipótese de que as mudanças iconográficas das Ordens Militares teriam se iniciado ainda na segunda metade do governo de D. Pedro I, a partir do reconhecimento da independência por Portugal. TRIGUEIROS, Antônio Forjaz Pacheco. As Ordens Militares portuguesas no Império do Brasil 1822-1889. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v.43, 2011, pp.201-230.

<sup>17</sup> SOUZA, Iara Lis Carvalho. **Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 250 e 251.

Confederação do Equador em 1824, e da Cisplatina, que levou à perda desta província por parte do Brasil e à criação da República do Uruguai, em 1828.<sup>18</sup>

### **A indumentária enquanto contra-discurso**

Os uniformes eram símbolos do Antigo Regime, pois visavam demarcar o posicionamento social de uma pessoa na sociedade sendo proibidos para quem não ocupasse funções que os exigissem. Os uniformes, ou fardas, como eram muitas vezes chamados, apontavam também para símbolos de nobreza, pois eram marcados pelo uso dos culotes, utilizados com meias de seda, e das vestes. Os revolucionários franceses se insurgiram contra estes signos, entendendo-os como símbolos de uma nobreza que queriam extirpar. Com a Revolução Francesa criou-se a problematização desses elementos identitários que, de passíveis de respeito, começaram a ser detratados, construindo-se, portanto, um contra-discurso, visando a incutir uma imagética negativa para esses elementos e seus usuários. Em seu lugar passaram a ser valorizadas as roupas daqueles que não pertenciam à nobreza, os *sans-culotes* (ou sem calções), criando, ao contrário, uma imagética positiva para suas roupas.<sup>19</sup>

Essa cultura revolucionária chegou a Portugal no bojo da expansão das ideias da revolução francesa e os símbolos indumentários passaram a ser usados para demarcar posições políticas, tal como havia ocorrido na França. Ali, em 1817, “a casaca de seda preta e os calções de cetim, ainda resistiam no traje dos velhos cortesãos, contrapondo-se ao chapéu redondo, ao fraque de duas abotoaduras e à bota alta, de orelhas, dos modernistas, dos pés frescos, dos *francelhos*”.<sup>20</sup> Em 1820, os ligados ao movimento liberal português alteraram mais profundamente ainda seu

<sup>18</sup> Para a história da Confederação do Equador cf. MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: Ed.34, 2004. Sobre a guerra da Cisplatina cf. FERREIRA, Gabriela Nunes Ferreira. Conflitos no rio da Prata. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs). **O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.309-341.

<sup>19</sup> MOREL, Marco. Vestimentas patrióticas, identidade nacional e radicalismo político no Brasil em torno de 1831. In: CARVALHO, José Murilo de; PEREIRA, Miriam Halpern; RIBEIRO, Gladys Sabina; VAZ, Maria João (orgs). **Linguagens e fronteiras do poder**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.155-171, p.156. Para uma relativização do uso das calças na França revolucionária ver ROCHE, Daniel. **A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, p.146-149.

<sup>20</sup> **Enciclopédia pela imagem**. “História do traje em Portugal”. Porto: Lello e Irmão Editores, s.d, p.54. Atente-se que os cortesãos portugueses haviam abandonado o uso das cores azul e vermelho do uniforme tradicional português. Isto se deu por conta da contrariedade da ausência do rei, refugiado no Brasil em 1808, por conta da invasão de Portugal por tropas francesas de Napoleão Bonaparte. Mesmo quando a guerra terminou definitivamente, o rei não retornou a Portugal, optando por permanecer no Brasil e voltando somente após a deflagração do movimento liberal de 1820, por exigência do mesmo. Isso causou uma grave desconfiança por parte dos portugueses que, talvez por conta disso, tenham abandonado as cores da casa dinástica em seus uniformes.

vestuário, distanciando-se do modelo cortesão, que repudiavam devido à crença liberal de que a nobreza era aquela que se beneficiava do poder absolutista do rei, e que, portanto, era inimiga do liberalismo. Adotaram “vestia casaca de briche e *tromblon* (chapéu alto de pêlo), calça larga até a bota, colete de baetão pardo, castanho ou vermelho, abotoado de prata, bota de presilhas caídas, colarinho de bretonha e lenço”.<sup>21</sup>

Evidentemente, essa cultura atingiu também o Brasil, no auge da expansão das ideias liberais, sobretudo porque membros destacados do liberalismo brasileiro, tal como Cipriano Barata, frequentaram as cortes portuguesas como deputados representantes das províncias do Brasil. No liberalismo, a soberania passou a ser depositada no povo e em seus representantes, que atuavam no Legislativo. O uso dos símbolos considerados nacionais acabou por reunir correntes políticas distintas, em prol da idéia de formação de um Império Constitucional. Foi a partir do ano de 1823, com o fechamento da Assembleia Constituinte pelo imperador, que alguns grupos descontentes começaram a fazer oposição mais veemente a D. Pedro I, que passou progressivamente a ser retratado como autoritário e, pior, português, por ser acusado de priorizar os nascidos em Portugal em seu círculo mais próximo e de se envolver com os problemas de sucessão do trono português após a morte de seu pai, D. João VI, em 1826.

A imagem do imperador foi se deteriorando ao longo da década de 1820, a ponto de os grupos políticos passarem a adotar símbolos indumentários relativos à suas posições políticas, rompendo, portanto, a aparente unidade produzida pelos símbolos “nacionais”. Estes passaram a ser ressignificados em um contexto político de embate entre concepções de Estado distintas. No caso dos antigos laços nacionais, o redator do jornal *Nova Luz Brasileira*, considerado um representante da corrente política liberal exaltada, aponta, na edição de número 37, em 16 de abril de 1830, que os mesmos haviam voltado a ser utilizados. Ele defende tal uso por “todos os Brasileiros no Rio de Janeiro e demais províncias, ou sejam nascidos no Brasil ou em Portugal” para “certificarem que eles são Cidadãos Brasileiros”. Informa que a peça havia sido esquecida aos poucos, “depois que se entrou a maquirar contra a Constituição, e Independência”, o que revelava a crítica por parte do redator ao

---

<sup>21</sup>Enciclopédia pela imagem. “História do traje em Portugal”. Porto: Lello e Irmão Editores, s.d, p. 55.

imperador, entendido como autoritário e inimigo da ordem liberal. Apesar disso, entende que o laço simbolizava "que somos independentes e livres, membros de uma Nação Soberana e Constitucional", significando ainda o trinômio "Independência total – União patriótica – e Constituição livre", de maneira que era "preciso fazê-lo reviver". Segundo ele, "o laço indica patriotismo, lealdade, Constitucionalidade, e a deliberação em que todos se acham de defender o Brasil como *sua verdadeira e única* Pátria, ainda que seja sacrificando fazenda e vida".<sup>22</sup> O redator acreditava que ele seria ainda mais útil naquele momento em que haveria uma grande presença de estrangeiros em território nacional, defendendo que estes trouxessem os laços de suas nações para que se tivesse o conhecimento da "quantidade de gente estrangeira que vive na nossa Capital", ressaltando a enorme presença de franceses.

Após a unidade inicial marcada pela adoção de símbolos comuns, e mesmo do resgate do laço nacional, utilizado no sentido oposto, ou seja, o de questionar as intenções de D. Pedro, tem-se uma explosão de símbolos. Estes opunham em duas pontas os uniformes e insígnias das Ordens Militares e as roupas daqueles que afirmavam defender um regime mais marcadamente liberal, ou seja, que exigiam uma separação dos poderes que desse maior autonomia ao Legislativo e que criticavam as interferências do Executivo no Legislativo e a mistura dos poderes Executivo e Judiciário. Foi por isso que Luiz Augusto May, em seu *Malagueta*, referindo-se às fitas das ordens honoríficas, informava que "quem não mudava de fitas, não mudava de opiniões",<sup>23</sup> ou seja, quem, no final da década de 1820 portava condecorações honoríficas demonstrava sua posição política de apoio ao imperador. Entende-se assim a atitude do oficial pernambucano José de Barros Falcão de Lacerda, que ao saber da dissolução da Assembleia Constituinte, arrancou em público a condecoração que havia recebido de D. Pedro, atitude seguida por outros oficiais, chamando o imperador de traidor.<sup>24</sup> Retirar a condecoração representava, deste modo, um rompimento da aliança com o poder central. Para os opositores do imperador, a indumentária cortesã passou a remeter ao apoio a um tipo de soberania

---

<sup>22</sup> O grifo é do redator do jornal.

<sup>23</sup> *A Malagueta*, 21 de agosto de 1829, no.120.

<sup>24</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência*, p.162.

que estava sendo posta em questão – o absolutismo monárquico – ao qual D. Pedro era cada vez mais associado.

Segundo Marco Morel, chapéu de palha com flores sempre-vivas amarelas, folhas de tabaco e fitas verdes ou pretas eram os símbolos indumentários utilizados pelos liberais tidos como mais radicais.<sup>25</sup> Haveria, contudo, variações nos usos de acordo com regiões e correntes mais ou menos exaltadas. Entretanto, é possível perceber um aspecto comum no uso desses elementos, visto que, assim como ocorria em Portugal, alguns deles estavam relacionados com as práticas indumentárias de populações mais pobres. Essas peças eram valorizadas por se entender que representavam uma "nacionalidade" mais pura, visto que as camadas mais baixas não possuíam fácil acesso a roupas importadas, vindas da França e da Inglaterra, e acabavam muitas vezes utilizando elementos produzidos localmente. A casaca de lã produzida no Brasil e o chapéu de palha portados por Cipriano Barata teriam, segundo Morel, essa função, embora Barata também se apresentasse com ramos de café, que era um símbolo da riqueza nacional não atrelado a esses grupos mais populares.<sup>26</sup> Teria sido justamente por conta desse uso de uma indumentária mais popular que a imagem dos mais exaltados passou a ser atacada sendo chamados de "farroupilhas", isto é, maltrapilhos, e "pés descalços", numa alusão ao signo da escravidão, equiparando simbolicamente os representantes dessa corrente política ao grupo mais marginalizado socialmente, a quem nem se concedia o atributo da liberdade.<sup>27</sup>

A associação a símbolos considerados populares pode, à primeira vista, indicar uma defesa destes grupos menos favorecidos, que se coaduna à idéia que se faz destes liberais exaltados como defensores de uma igualdade plena na sociedade e destituídos de visões hierárquicas. Contudo, percebe-se que esses símbolos eram adotados devido à defesa de um pertencimento "nacional", expresso por esses elementos, já que as classes mais altas adotavam uma moda europeia.<sup>28</sup>

---

<sup>25</sup> MOREL, Marco. Vestimentas patrióticas, identidade nacional e radicalismo político no Brasil, Op. cit., p. 159 e 162.

<sup>26</sup> BARATA, Cipriano. Desengano ao público ou exposição dos motivos da minha arbitraria prisão na província da Bahia. In: MOREL, Marco (org.) **Sentinela da Liberdade e outros escritos (1821-1835)**. São Paulo: EDUSP, 2008.

<sup>27</sup> MOREL, Marco. Vestimentas patrióticas, identidade nacional e radicalismo político no Brasil, Op. cit., p.167.

<sup>28</sup> Sobre a presença da moda europeia no Brasil no período posterior à transferência da corte portuguesa ver SILVA, Camila Borges da. **O símbolo indumentário: distinção e prestígio no Rio de Janeiro (1808-1821)**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2010.

Frei Joaquim do Amor Divino Caneca foi outro que, assim como Barata, participou ativamente das críticas ao projeto imperial durante a Confederação do Equador, sobretudo através do jornal publicado por ele, o *Typhis Pernambucano*, acusando o governo do Rio de Janeiro de ser centralista e absolutista, não respeitando as liberdades provinciais. Por conta disso, foi preso e interrogado e nos autos de seu processo pode-se perceber a importância que se dava a certas práticas indumentárias, enquanto expressão de um posicionamento político.

Foi perguntado, se não tinha ele praticado algum fato pelo qual se possa coligir alguma intenção de sua parte de se opor à entrada da expedição da Corte [que iria combater os revolucionários pernambucanos], como é que andava, e de então para cá, sem hábito, e vestido de jaqué de guerrilha.

Respondeu que não andou de jaqué de guerrilha, mas sim com jaqueta de chita, que trazia por baixo do hábito; o qual havia tirado na marcha do Cabo para o Recife, e se perdera por ir na garupa de um cavalo.<sup>29</sup>

Percebe-se assim que o uso da *jaqué* de guerrilha indicaria a participação na luta contra as tropas imperiais, ao que Caneca respondeu, talvez para esconder sua participação no conflito, que usava uma de chita, característica das camadas populares. Tomando-se como verdadeira a afirmação de Caneca sobre o uso da chita, e não da *jaqué* de guerrilha, poder-se-ia concluir que, por ser associada às camadas populares, o uso desta peça indicaria uma afirmação de proximidade e defesa destas camadas, mas, ao mesmo tempo, a chita possuía uma simbologia de contestação que vinha dos tempos coloniais, quando utilizar este tecido significava uma oposição aos desmandos da metrópole portuguesa.<sup>30</sup> Percebe-se, assim, que Caneca enviava uma mensagem indireta a seu interrogador ao mencionar o uso da chita, afirmando não uma associação às camadas populares, mas uma postura de contestação ao que considerava o autoritarismo do Rio de Janeiro. A ideia de uma defesa por parte de Caneca das classes menos favorecidas pode ser descartada pela análise de seus próprios escritos, que não raras vezes defendiam princípios hierárquicos em detrimento de uma igualdade estrito senso.<sup>31</sup> A chita, embora originária da Índia,

<sup>29</sup> MELLO, Evaldo Cabral de (org.). **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. São Paulo: Ed.34, 2001, p.615 e 616.

<sup>30</sup> ROCHA, Maria Diaz e QUEIROZ, Mônica. O significado da cor na estampa do tecido popular: a chita como estudo de caso. In: **Anais do 6º Colóquio de Moda**. Disponível em: <<http://www.coloquiomoda.com.br/anais/6-coloquio-de-moda.php>>. Acesso em 3 de fevereiro de 2014.

<sup>31</sup> Em uma passagem memorável sobre sua ideia de democracia, Caneca chegou a dizer que considerava que os homens poderiam nascer livres, com igualdade de direitos no que dizia respeito à conservação de sua vida e "comodidades", mas que nascem também com diferenças de "talentos espirituais e corporais" e que a verdadeira

chegou a ser produzida no Brasil no período colonial, produção que foi interrompida pela proibição de manufaturas na colônia por D. Maria I, rainha de Portugal, em 1785.<sup>32</sup> Por isso, estava igualmente associada à afirmação de uma identidade “nacional”, ou ao menos “nativa”, em detrimento do uso de tecidos europeus. Assim, a chita remetia simultaneamente ao uso de uma indumentária “patriótica” e de contestação, que poderia bem ser o motivo pelo qual o frei a utilizava por baixo de seu hábito.

Outra vinculação entre posicionamento político e indumentária era o caso do líder da Confederação do Equador, empossado como presidente da província de Pernambuco durante esta revolta, Manuel de Carvalho Pais de Andrade. Este havia morado nos Estados Unidos e se apaixonado pelo sistema de governo deste país a tal ponto que abandonou sua esposa brasileira e se casou com uma norte-americana, com quem teve três filhas, batizando-as com nomes de estados daquele país. No depoimento sobre ele do mencionado oficial Barros Falcão, ele informa que Carvalho se parecia com os “indivíduos dessa nação, não só na figura, aspecto, porte, costumes e maneiras, como também no caráter e *até no seu modo de trajar*”.<sup>33</sup> Neste caso, trajar-se à moda norte-americana, o que implicava deixar de lado os uniformes e trajes cortesãos, expressava o posicionamento político de Carvalho, favorável ao constitucionalismo, ao federalismo e quiçá à república, preferência mortal para um súdito de imperador.

No Grão-Pará, por sua vez, a luta pela independência motivou disputas armadas e os grupos que se identificavam como verdadeiros defensores da causa “nacional” adotavam símbolos que além de expressarem seu caráter “nativo” construía uma identidade coletiva, como no caso do ramo de café que era exibido como parte de sua indumentária.<sup>34</sup> Esta prática também foi adotada nos festejos da independência celebrados na Bahia, após a guerra de independência que expulsou as tropas portuguesas daquele território.<sup>35</sup> Assim, o fervor “patriótico” era ostentado nas

---

democracia jamais poderia igualar os desiguais. MELLO, Evaldo Cabral de (org.). **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**, p.251-253.

<sup>32</sup> ROCHA, Maria Diaz e QUEIROZ, Mônica. O significado da cor na estampa do tecido popular, p.2.

<sup>33</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência**, p.163. Grifo meu.

<sup>34</sup> MACHADO, André Roberto de Arruda. **A quebra da mola real das sociedades. A crise política do Antigo Regime Português na província do Grão Pará (1821-1825)**. 2006. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, p.268 e 269.

<sup>35</sup> MOREL, Marco. Vestimentas patrióticas, identidade nacional e radicalismo político no Brasil, Op. cit., p.164. Estas práticas eram semelhantes à adoção, após a independência, de sobrenomes considerados “nativos”. Entre os mais

vestes, demonstrando o apoio a uma causa e criando um elemento de comunicação com outros adeptos da mesma.

A utilização de elementos tidos como "nacionais", para além da construção de uma identidade política específica, também apontava para a tentativa de incentivo ao comércio nacional, de maneira que encampava um projeto de cunho econômico. Dessa forma, nem todos aqueles que faziam a crítica ao uso de uma indumentária importada, compartilhavam a mesma visão política. Alguns deles, como o padre Lopes Gama, longe de serem considerados liberais "radicais", também criticavam a indumentária vinda do exterior, que, na opinião do padre prejudicavam "nossa justa economia", já que assim "nos levam toda a prata e ouro".<sup>36</sup> Por isso, Gama também era um crítico dos tratados assinados pelo Brasil e que davam vantagens comerciais a outros países como, por exemplo, o Tratado de Comércio e Navegação, que, em 1810, dava à Grã-Bretanha o direito de trazer seus produtos pagando direitos alfandegários mais baixos.<sup>37</sup>

Mesmo um liberal considerado radical como Cipriano Barata não deixou de explicitar seu interesse em estimular a indústria nacional através de peças que fossem atreladas a um pertencimento local, adotando roupas ligadas às camadas mais baixas, o que o rendeu inúmeras críticas. Por isso, em seu *Sentinela da Liberdade*, teve que explicar os motivos de andar "de camisa e ceroulas de algodão, e pé descalço, à frente dos Escravos". Segundo ele, tratar-se-ia de intrigas provocadas por franceses e ingleses presentes na Bahia pelo motivo de que ele teria a intenção de "destruir o comércio deles" através da utilização de roupas de algodão e chapéus de palha.<sup>38</sup> No entendimento de Marco Morel, Barata queria provocar "o fortalecimento do mercado interno e da industrialização nacional, tentando se opor à expansão do capitalismo europeu, sobretudo britânico, mas também francês, defendendo a

---

comuns estavam nomes de animais da fauna brasileira, como "bem-te-vi", "cabra-bode" e "jacaré", ou nomes indígenas, como o caso do deputado Francisco Gomes Brandão que virou Francisco Gê Acaiba de Montezuma. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais**, p.392.

<sup>36</sup> **O Carapuceiro**, no. 5, 26 de maio de 1832.

<sup>37</sup> Para maiores informações sobre estes tratados ver ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros. 1800 – 1808**. São Paulo: EDUSC, 2008 e ALEXANDRE, Valentim. A carta régia de 1808 e os tratados de 1810 In: OLIVEIRA, Luís Valente de e RICUPERO, Rubens (orgs). **A Abertura dos Portos**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, p. 100-121.

<sup>38</sup> BARATA, Cipriano. **Sentinela da Liberdade e outros escritos**. São Paulo: EdUSP, 2008, p.704.

criação de fábricas e manufaturas nacionais para as vestimentas”, de maneira que ele expressava “amplo projeto nacional”.<sup>39</sup>

A afirmação de que ele andava de “pés descalços” e “à frente dos Escravos” buscava deslegitimar seu projeto político tentando passar a imagem de que Barata aliava-se aos escravos, andando como eles, sem sapatos, acusação que era suficiente para atemorizar os grandes senhores da Bahia que tinham um grande medo de uma revolta dos escravos. Era possível criar esta confusão por conta da especificidade das roupas adotadas pelos considerados radicais, que eram profundamente ligadas à indumentária popular, o que não expressava uma defesa de igualdade plena na sociedade ou mesmo da abolição da escravidão.

Em outro jornal, tradicionalmente classificado como exaltado, *O Tribuno do Povo*, a leitura do uso de uma indumentária “nacional” em benefício do desenvolvimento econômico também se faz presente. Na edição de número 28, publicada no dia 21 de abril de 1831, o redator afirma que sempre se pronuncia contra o luxo, por entendê-lo como um “monstro que corrompe os estados mais florescentes” e que:

Nossos Concidadãos que no Campo da Honra arriscaram pela Pátria suas vidas, não duvidaram por ela fazer menores sacrifícios se sacrifícios se podem chamar os meios de poupar cada um o seu dinheiro, aumentando ao mesmo tempo a riqueza e indústria Nacional.<sup>40</sup>

A forma de aumentar a “riqueza e indústria Nacional” seria justamente a utilização de uma indumentária produzida localmente, pois

Que mais é necessário a um Brasileiro do que usar de um Chapéu de Palha, feito pelos nosso Patrícios, e de palha indígena, lhes custa quando muito 610 trigésima parte talvez do valor desses chapéus estrangeiros que servem de pasto ao luxo, corrompem a Nação, empobrecem os Nacionais, e enriquecem os Forasteiros!<sup>41</sup>

O redator lembrava que “as fazendas do País mandadas vir das Províncias, ficam por certo mais em conta do que as estrangeiras” e critica aqueles que as preteriam por não as considerar finas e elegantes, pois, para ele, o que valorizava um homem seria a virtude e não sua vestimenta. Para além disso, considerava que apenas utilizando os tecidos feitos no país é que a técnica de os produzir poderia se

<sup>39</sup> MOREL, Marco. Vestimentas patrióticas, identidade nacional e radicalismo político no Brasil, Op.cit., p.165.

<sup>40</sup> **O Tribuno do Povo**. 21 de abril de 1831, n.28.

<sup>41</sup> **O Tribuno do Povo**. 21 de abril de 1831, n.28.

desenvolver de modo que, no futuro, ter-se-iam tecidos melhores do que os produzidos naquele momento. Ele ressalta também que o uso de produtos importados levava a riqueza para fora do país:

Que precisão tem de usar um florão de fitas ao peito, dando dinheiro aos Estranhos, quando sem gasto alguém o pode fazer usando dessa folha com que a natureza nos brindou? Pois a folha chamada da Independência, posta no peito de um Cidadão, não prova o mesmo que a fita estrangeira, se é que não mostra mais o seu Patriotismo? Como estes há outros muitos abusos que é preciso acabar com eles, para a prosperidade da Nação.<sup>42</sup>

Para o redator do *Tribuna*, a utilização de determinados elementos "nacionais" na vestimenta, seria uma prova de "patriotismo" de seu portador opondo o uso de chapéus de palha a chapéus ingleses:

Muitos há que achincalham os chapéus de palha Brasileiros, chamando Patriotas de chapéu de palha aos que deles usam: Coitados! Míseros entes! Pobres tolos! O que lhes dizemos nós? Chamá-los-emos Patriotas de Chapéus Ingleses, que é para quem tem vergonha maior insento do que usar Chapéus de Palha. Nem se diga, conforme o costume, que só a rapaziada louca é quem os traz. Não é rapaz, nem Louco, o Benemerito Souto, homem firme de caráter, e Brasileiro Honrado; e aí o temos que usa dos tais chapéus, porque assim o persuade o seu Patriotismo. Louvores lhe sejam dados.<sup>43</sup>

No periódico *Nova Luz Brasileira*, de 21 de setembro de 1830, a mesma retórica que antepunha o uso de uma indumentária produzida no país a outra, produzida fora, se faz presente. Na sessão "Correspondência" do jornal, é publicada uma carta assinada por "um jovem brasileiro amante da pátria e inimigo do luxo" que afirmava "todo aquele que gastar um só vintém em uma casa francesa, todo aquele que trajar as suas modas" seria indigno de ser chamado brasileiro, da liberdade e da Constituição. Isso porque, para ele, a moda importada "não são mais do que atrações (sic) para precipitarem a mocidade Brasileira de um, e outro sexo, e para fazer-nos esquecer o doce nome da Pátria, e os deveres de Brasileiros", já que utilizar esses produtos seria o mesmo que "trajar à moda dos que nos vem surrar, e de quem nós queremos ser independentes". Embora se tratasse, supostamente, de uma correspondência e não de um texto produzido pelo redator do jornal, a publicação em si mostra certa concordância com o conteúdo do texto por parte deste último.

<sup>42</sup> O *Tribuna do Povo*. 21 de abril de 1831, n.28.

<sup>43</sup> O *Tribuna do Povo*. 21 de abril de 1831, n.28.

Também na carta se percebe que, mais do que mostrar suporte às classes populares, a busca por uma indumentária que não fosse produzida fora do país, mobilizava as preocupações com o crescimento econômico e, a partir deste, com a autonomia do Brasil.

Percebe-se dessa forma que também os periódicos *O Tribuno do Povo* e *Nova Luz Brasileira* tinham aquilo que Marco Morel denominou de um "projeto nacional" que tangia o desenvolvimento econômico do Império e que não defendia o uso desses elementos por serem "populares", mas sim por serem os únicos aqui produzidos, de maneira a incentivar a indústria.

Apesar disso, a utilização desses elementos acabava provocando conflitos e agressões. O jornal *O Jurujuba das Farroupilhas*, em edição de número 7 de 30 de setembro de 1831, narra um conflito ocorrido no teatro, onde teriam sido assassinadas sete pessoas e outras tantas ficando feridas. Logo após a narrativa do episódio acrescenta uma denúncia, informando que "houve até um malvado Brasileiro Moderado na Rua da Cadêa, que preveni-o aos seus para fazerem fogo sobre os homens, que comprem chapéus de palha ao mano do Sr. Souza França". Também o número 9 do jornal *O Clarim da Liberdade*, publicado em 14 de dezembro de 1831, denuncia ataques feitos a pessoas que liam determinados jornais, como *O Exaltado*, "os jurujubas" e ele próprio, além daqueles contra pessoas que passavam pelo Quartel dos Barbonos "com chapéu de palha feito no Brasil". Citou um caso concreto de agressão ao cidadão José Ignácio pelo tenente Elizario Garcez d'Araújo, o que resultou em pronta resposta deste último no número 13 através de correspondência em que informava que apenas expressou-se "em termos decisivos para com ele [José Ignácio]" por ele estar "em disputa com alguns moços Guardas Municipais Permanentes" que pertenciam à Companhia do comando do tenente. Já o *Nova Luz Brasileira* mencionou em seu número 158, de 6 de agosto de 1831, "rondas de chapéus de palha" improvisadas às vésperas da eleição para a Regência, ocorrida no dia 17 de julho de 1831 e tumultuada com uma série de motins no Rio de Janeiro, e em outras províncias.

As agressões a pessoas que utilizavam determinados elementos indumentários demonstram a atmosfera política fraturada que permeou os anos finais do reinado de D. Pedro I e que perdurou após sua abdicação. Evidentemente, essas tensões

apontam a construção de identidades políticas que poderiam ser reconhecidas e demarcadas a partir desses usos por mais fluídas e cambiantes que as mesmas pudessem ser.

### **Considerações finais**

Os símbolos indumentários se constituíam em uma linguagem, um discurso político, que servia para marcar posições sem que fosse necessária a utilização de palavras. Estes símbolos se relacionavam com os acontecimentos políticos da época e não eram adotados de maneira pacífica. Travava-se de um embate na esfera pública entre símbolos ortodoxos, os criados pelo imperador e seus ministros para marcar a idéia de unidade e consenso, e os heterodoxos, dos liberais, que queriam demonstrar o dissenso, isto é, a oposição que faziam ao projeto imperial.<sup>44</sup> Tanto os modelos, como no caso dos uniformes, quanto cores, tecidos, jóias e objetos utilizados na roupa participavam assim de uma guerra simbólica que apontava para a própria reformulação do mundo social – a queda do Antigo Regime e seus trajes cortesãos – e do mundo político – as novas fontes de soberania e legitimidade, inculcadas no "povo" e não mais em uma dinastia.

Se os símbolos cunhados pelo imperador logo após a independência, tais como uniformes, insígnias militares e o tope nacional, passaram a ser contestados, foi porque o próprio imperador passou a ser contestado e contra ele e seu projeto político de um Estado centralizado e considerado desrespeitador das liberdades pregadas pelo liberalismo, erigiu-se um outro modelo de defesa da causa nacional, expressão de um outro projeto, pertencente aos liberais mais exaltados. Este projeto, contudo, não era um consenso em toda a sociedade, sobretudo entre as elites,<sup>45</sup> pelo medo acarretado pela adoção de uma roupa tipicamente popular e pelo entendimento de que o projeto político dos denominados radicais implicasse na tomada de ação por parte das camadas livres mais baixas da população ou, o que era tido como pior, dos escravos, o que era considerado extremamente perigoso para o ordenamento social. Contudo, procurou-se demonstrar que o uso de uma

---

<sup>44</sup> Para as noções de ortodoxia e heterodoxia ver BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.15.

<sup>45</sup> Para o conceito de elite ver CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.21 e BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (orgs). **Dicionário de Política**, vol.1, p.385 a 391.

indumentária popular não significava a defesa deste grupo por parte dos exaltados, mas sim um projeto político que apontava para a necessidade de desenvolvimento da indústria nacional.

Os trajes "nacionais" criaram uma moda "nativista" durante o Primeiro Reinado e Regência embora reproduzissem posicionamentos políticos diversos que estavam em disputa. O projeto vencedor não foi o dos exaltados que, após a abdicação do imperador, passaram a ser perseguidos pelos demais liberais, de maneira que seus chapéus de palha e suas casacas de algodão passaram a ser estigmatizadas assim como seu projeto político.

### Referencias

ALEXANDRE, Valentim. A carta régia de 1808 e os tratados de 1810 In: OLIVEIRA, Luís Valente de e RICUPERO, Rubens (orgs). **A Abertura dos Portos**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros. 1800 – 1808**. São Paulo: EDUSC, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRANE, Diana. **A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. 2v. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

DEMURGUER, Alain. **Os cavaleiros de Cristo: as Ordens Militares na Idade Média (sécs. XI-XIV)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

DRUMMOND, Antônio de Menezes Vasconcellos de. Anotações à sua biografia. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1890, v.13.

FERREIRA, Gabriela Nunes Ferreira. Conflitos no rio da Prata. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs). **O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.309-341.

MACHADO, André Roberto de Arruda. **A quebra da mola real das sociedades. A crise política do Antigo Regime Português na província do Grão Pará (1821-1825)**. 2006. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo.

MATTEUCCI, Nicola. Liberalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. vol.2. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Brasília: Editora UNB, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de (org.). **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. São Paulo: Ed.34, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: Ed.34, 2004.

MOREL, Marco (org.) **Sentinela da Liberdade e outros escritos (1821-1835)**. São Paulo: EDUSP, 2008.

MOREL, Marco. Vestimentas patrióticas, identidade nacional e radicalismo político no Brasil em torno de 1831. In: CARVALHO, José Murilo de; PEREIRA, Miriam Halpern; RIBEIRO, Gladys Sabina; VAZ, Maria João (orgs). **Linguagens e fronteiras do poder**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.155-171.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan: Faperj, 2003.

OLIVAL, Fernanda. **As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)**. Lisboa: Estar Editora, 2001.

PINHEIRO, Artidoro Augusto Xavier. **Organização das Ordens Honoríficas do Império do Brasil**. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler & C, 1884.

POLIANO, Luiz Marques. **Ordens honoríficas do Brasil (história, organização, padrões, legislação)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

ROCHA, Maria Diaz e QUEIROZ, Mônica. O significado da cor na estampa do tecido popular: a chita como estudo de caso. In: **Anais do 6º Colóquio de Moda**. Disponível em: <<http://www.coloquiomoda.com.br/anais/6-coloquio-de-moda.php>>

ROCHE, Daniel. **A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

SILVA, Camila Borges da. **As ordens honoríficas e a Independência do Brasil: o papel das condecorações na construção do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)**. 2014. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, Camila Borges da. **O símbolo indumentário: distinção e prestígio no Rio de Janeiro (1808-1821)**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2010.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. **Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 250 e 251.

TRIGUEIROS, Antônio Forjaz Pacheco. As Ordens Militares portuguesas no Império do Brasil 1822-1889. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v.43, 2011, pp.201-230.

Recebido em: 23/11/2018

Aprovado em: 20/12/2018